

INFORMATIVO IJ

SETEMBRO



- Acordo de Pesca em Itamarati fortalece conservação de base comunitária na Amazônia
- A Coprodução de um Conceito de Sociobioeconomia na Amazônia
- Passados quatro anos de homologação do Acordo de Pesca, moradores da Foz do Rio Tapauá celebram a recuperação dos estoques de peixe, a redução dos conflitos pesqueiros e dão os primeiros passos para implementação do manejo do Pirarucu

Acordo de Pesca em Itamarati fortalece conservação de base comunitária na Amazônia

O acordo foi aprovado em assembleia geral e trará benefícios para as comunidades ribeirinhas, a cidade e o meio ambiente

Por Eduardo Muhlen e Nathália Messina

O município de Itamarati (AM) celebrou em agosto de 2024 um marco histórico para o território: a formalização de seu primeiro Acordo de Pesca. Após oito anos de diálogos e articulações entre comunidades e organizações locais, o processo foi aprovado em uma assembleia geral que reuniu pescadores, lideranças comunitárias e instituições parceiras. O acordo é fruto de esforços que começaram em 2016, mas que ganharam força nos últimos três anos, após a retomada das atividades do Instituto Juruá no território, paralisadas devido à pandemia.



Assembleia de Aprovação do Acordo de Pesca de Itamarati.
Foto: Almira Silva.

Esse avanço é resultado de um processo colaborativo, que envolveu diversas reuniões comunitárias e intercomunitárias, intercâmbios, treinamentos, discussões sobre regras de manejo, além de intensa articulação política. Entre os próximos passos, estão a legalização do acordo junto ao órgão regulador estadual, a implementação de um sistema de monitoramento, treinamentos para o manejo sustentável do pirarucu e a realização de avaliações periódicas.

A iniciativa, conduzida pela Associação Ambiental de Agricultores, Extrativistas, Pescadores e Produtores Rurais de Itamarati (AAEPPRI), pela Colônia de Pesca de Itamarati (Z-59), pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itamarati e pelo Instituto Juruá, beneficiará diretamente 20 comunidades ribeirinhas e centenas de famílias de pescadores. O acordo visa não só a preservação dos recursos naturais, mas também a garantia da segurança alimentar e a melhoria das condições de vida dos moradores do interior e da cidade.

Organização e Benefícios do Acordo

Com a implementação do acordo, quase 70 lagos serão divididos em quatro categorias de uso: santuários de preservação, pesca de subsistência, manejo de pirarucu e pesca comercial. Essa organização é fundamental para proteger áreas de reprodução de espécies, garantir o sustento das famílias e fomentar uma atividade comercial sustentável. O acordo estabelece regras claras sobre o uso dos lagos, apetrechos de pesca e períodos de defeso, reguladas pelas próprias comunidades e as leis estaduais e federais vigentes.

Para João Bosco Ferreira, Gerente de Pesca da Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR), o Acordo de Pesca é um processo "ganha-ganha", pois promove a paz entre pescadores, resolve conflitos e

protege os recursos naturais. *“Esse ordenamento garante a segurança alimentar e os direitos de todos os usuários dos lagos, além de combater a pesca desordenada que trazia insegurança para as famílias”*, destacou Bosco durante a assembleia.

O senhor Gentil, presidente da Colônia de Pesca Z-59, celebrou o momento como uma oportunidade de viver com dignidade, paz entre as famílias pesqueiras e harmonia com a natureza. *“Até hoje, cada saída para a pesca era cercada de incertezas, pois as despesas já estavam postas - gelo, caixa, insumos, etc., mas não havia certeza de retornar com uma pesca garantida”*, afirmou Gentil na assembleia geral, com a confiança de que o acordo modificará este cenário.



Sr. Gentil (presidente da Colônia Z-59 de Itamarati), Sr. Bosco (gerente de pesca da SEPROR-AM) e Sr. Eduardo Muhlen (Instituto Juruá) na abertura da assembleia.

Fotos: Valdenor Magalhães, Edimar Costa e Nathália Messina.

Perspectivas para o Futuro

O monitoramento e a vigilância das áreas de manejo, facilitadas por bases de vigilância apoiadas pelo Instituto Juruá, já demonstram resultados positivos, como o aumento dos estoques de pirarucu e de outras espécies importantes. Em 2020, início dos trabalhos de contagem, o total de pirarucus (incluindo bodecos, que são pirarucus abaixo de 1,5 m) foi estimado em 1773 unidades. Já em 2023, com as bases instaladas e o trabalho de monitoramento implementado pelas famílias pescadoras, este número saltou para 4112 bodecos e pirarucus adultos, segundo dados apresentados por Edimar Costa, especialista em manejo comunitário do Instituto Juruá.

Em 2027, pretende-se fazer a avaliação e revisão do acordo, e até lá, a expectativa é que continue a gerar benefícios ambientais e sociais para Itamarati. Cursos de contagem de pirarucu, treinamentos técnicos para monitores e pescadores e novas formas de gestão participativa estão planejadas para as próximas ações, em parceria com as organizações locais e o Instituto Juruá.

A formalização desse acordo é um passo decisivo para um futuro mais sustentável e justo para a região, consolidando Itamarati como referência em conservação e demonstrando caminhos fortemente alicerçados na realidade, participação e protagonismo das comunidades locais para uso responsável dos recursos naturais na Amazônia.



Casa de vigilância do futuro lago de manejo da comunidade Cantagalo - uma das casas apoiadas pelo Instituto Juruá, com a assessoria de Edimar Costa.

Foto: acervo Instituto Juruá.



Equipe IJ presente na assembleia de aprovação do Acordo de Pesca de Itamarati.

Foto: acervo Instituto Juruá.

A COPRODUÇÃO DE UM CONCEITO DE SOCIO-BIOECONOMIA NA AMAZÔNIA

Pesquisador João Campos-Silva, do Instituto Juruá, lideranças locais e parceiros da área estão cocriando um conceito de sociobioeconomia, com uma abordagem que integra aspectos sociais, econômicos e ambientais, fundamental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia

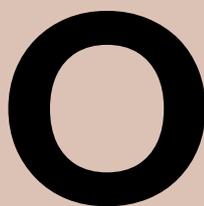
Por Júlia Franzoi e João Vitor Campos-Silva

Através de uma bolsa de estudos de um projeto financiado pela Fulbright, o pesquisador João Vitor Campos-Silva, do Instituto Juruá, irá passar dois meses na Universidade de Indiana sob a supervisão de Eduardo Brondízio, Professor do Departamento de Antropologia da Indiana University - IU (Bloomington, IN, EUA), para desenvolver uma pesquisa sobre a aplicação da sociobioeconomia na Amazônia.



Pirarucu manejado para beneficiamento e venda.
Foto: André Dib.

Em pergunta sobre o tema da sociobioeconomia a Campos-Silva, também conhecido como JB, ele explica:



conceito

A Bioeconomia surge como uma força transformadora na Amazônia, e as iniciativas que promovem perspectivas bioeconômicas para o desenvolvimento sustentável despontam como apostas promissoras para garantir um futuro mais equilibrado e próspero para este bioma essencial. No entanto, o termo "Bioeconomia" abrange diferentes conceitos e pode gerar diferentes interpretações. Os conceitos dominantes utilizam o termo "bioeconomia" defendendo o uso de altas tecnologias aplicadas a produtos de recursos naturais. Outros consideram a Bioeconomia como o desenvolvimento de cadeias de valor baseadas na biodiversidade, como açaí, cacau, guaraná e outros produtos. Existe também a perspectiva da bioecologia, em que os processos ecológicos podem catalisar a produtividade, sustentando os serviços ecossistêmicos, como os modelos agroflorestais.

Independentemente do conceito utilizado, não há clareza sobre (i) o papel dos povos indígenas e comunidades locais nesses arranjos, (ii) como os benefícios e os custos serão distribuídos, especialmente para os povos tradicionais, e (iii) como os projetos de bioeconomia podem realmente garantir a proteção da biodiversidade. Portanto, o desenho de um novo conceito de Bioeconomia Amazônica que leve em consideração a diversidade cultural, cosmologias, epistemologias, dinâmicas sociais e as necessidades de conservação é imperativo para o futuro da região.

A sociobioeconomia é uma abordagem que integra aspectos

sociais, econômicos e ambientais, sendo fundamental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Ao promover o uso responsável dos recursos naturais, ela oferece alternativas econômicas que valorizam a biodiversidade local sem comprometer os ecossistemas. Isso é crucial para a preservação de áreas florestais e para a manutenção dos serviços ambientais, como a regulação do clima e a conservação da água, que são essenciais tanto para a região quanto para o planeta. Nesse contexto, a sociobioeconomia tem um papel chave em conciliar conservação e desenvolvimento.



Produção tradicional da farinha. Fotos: Bernardo Oliveira

Outro aspecto importante da sociobioeconomia na Amazônia é o seu potencial de melhorar a qualidade de vida das comunidades locais. Ao valorizar o conhecimento tradicional e apoiar práticas sustentáveis, ela oferece oportunidades de geração de renda por meio de atividades como o manejo sustentável de produtos florestais não madeireiros (como açaí, castanha e plantas medicinais). Isso fortalece a autonomia das populações indígenas e ribeirinhas, garantindo que elas possam participar de cadeias produtivas que respeitam suas culturas e territórios, ao mesmo tempo em que ajudam a conservar a floresta.

Além disso, a sociobioeconomia pode contribuir significativamente para a mitigação das mudanças climáticas, pois promove modelos econômicos que não dependem da destruição da floresta, como a agroecologia e o ecoturismo. Essas atividades ajudam a capturar carbono e a manter a floresta em pé, ao mesmo tempo em que diversificam as economias locais e diminuem a pressão sobre áreas florestais. Dessa forma, a sociobioeconomia

representa uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, equilibrando a conservação dos recursos naturais com o bem-estar social e econômico das populações que dependem da floresta.” (João Vitor Campos-Silva)

O projeto

Nesse projeto, Campos-Silva e Brondízio irão analisar criteriosamente os custos e os benefícios observados na cadeia do pirarucu, uma das cadeias mais bem consolidadas da Amazônia, para gerar subsídios para o fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade.

Os pesquisadores, em parceria com mais de 100 lideranças locais, ativistas e outros pesquisadores também irão coproduzir um conceito Amazônico para sociobioeconomia baseado nas aspirações sociais e vozes dos territórios locais, além de ingredientes sociais culturais, econômicos e institucionais que são importantes para garantir o direito social dos povos nos arranjos de bioeconomia.



Produção do látex (seringa) e colheita da andiroba. Fotos: Bernardo Oliveira

PASSADOS QUATRO ANOS DE HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO DE PESCA, MORADORES DA FOZ DO RIO TAPAUÁ CELEBRAM A RECUPERAÇÃO DOS ESTOQUES DE PEIXE, A REDUÇÃO DOS CONFLITOS PESQUEIROS E DÃO OS PRIMEIROS PASSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO DO PIRARUCU

Instituto Juruá esteve presente para o diagnóstico do acordo, na perspectiva de inclusão de novas áreas, apoios e treinamentos para o manejo do pirarucu

Por Valdenor Magalhães Silva

Um acordo de pesca é um pacto entre países, regiões ou comunidades destinado a regular a exploração dos recursos pesqueiros em uma área ou bacia hidrográfica específica. Esses acordos geralmente estabelecem regras e diretrizes para a pesca sustentável, com o objetivo de conservar os ecossistemas aquáticos e manter as populações de peixes. A bacia amazônica abriga milhares de espécies de peixes, muitas das quais são endêmicas, ou seja, não são encontradas em nenhum outro lugar do mundo. Essa biodiversidade sustenta as comunidades indígenas e ribeirinhas há milhares de anos e desempenha um papel crucial nos ciclos naturais da região, contribuindo para a saúde dos ecossistemas aquáticos e terrestres.



Foto: Valdenor Magalhães

Historicamente, os primeiros Acordos de Pesca na Amazônia começaram a ser pensados informalmente há pelo menos 50 anos, devido aos conflitos entre as comunidades ribeirinhas e as grandes frotas de pesca comercial. No entanto, foi apenas a partir de 2011 que esses acordos começaram a ser formalmente reconhecidos pelas instituições governamentais do Amazonas, ganhando força de lei por meio de Instruções Normativas. Essas normas visam estabelecer zonas de pesca protegidas, limites de captura, regulação de apetrechos, períodos de defeso para a reprodução das espécies e medidas para combater a pesca ilegal e predatória. Além disso, podem incluir disposições para a conservação de habitats aquáticos, como áreas de desova e alimentação, além de ações para mitigar os impactos da poluição e degradação ambiental.

Nesse contexto, o Instituto Juruá, em parceria com a Secretaria de Meio Am-

biente do Amazonas (SEMA) e a Conservation International (CI), iniciou no final de 2023 uma pesquisa em nove áreas de Acordos de Pesca no estado do Amazonas. O objetivo é realizar um diagnóstico do funcionamento atual desses acordos. O processo de diagnóstico ocorre em três etapas: a primeira envolve conversas com lideranças locais e representantes de organizações da sociedade civil; a segunda, a realização de reuniões comunitárias; e a terceira, entrevistas individuais com pescadores e beneficiários das áreas dos acordos. Em cada etapa, os pesquisadores coletam

dados sobre a infraestrutura das comunidades, governança local, produção pesqueira, renda familiar, economia local, tipos de pesca, conflitos e percepções sobre os acordos. O objetivo final é desenvolver um protocolo geral de monitoramento que permita ao governo acompanhar essas áreas a longo prazo e tomar decisões estratégicas para fortalecer os Acordos de Pesca no Amazonas.



Fotos: Valdenor Magalhães

Entre julho e agosto de 2024, os pesquisadores do Instituto Juruá embarcaram em uma jornada de 26 dias até o Acordo de Pesca da Foz do Rio Tapauá, na calha do Rio Purus. Criado pela Instrução Normativa SEMA/AM N° 04, de 19 de agosto de 2020, o acordo de pesca está localizado no município de Tapauá e envolve seis comunidades, 421 famílias, cerca de 300 pescadores e pelo menos 30 ambientes aquáticos mapeados e categorizados para a pesca de subsistência e comercial, além de áreas de preservação. A pesca é a atividade mais importante da região, sendo a principal fonte de sustento e renda para a maioria das famílias.

Segundo os moradores locais, a Foz do Rio Tapauá vinha sendo explorada por grandes frotas pesqueiras, oriundas de Manaus, Iranduba, Lábrea, Manacapuru e do próprio município, há pelo menos 30 anos. Essas embarcações tinham como alvo espécies migratórias, como o Jaraqui, o Pacu e o Matrinxã, mas também exploravam intensamente espécies como o Tambaqui e o Pirarucu, levando ao quase desaparecimento dessas últimas na região. Além da pressão pesqueira, essas frotas trouxeram problemas, como violência, alcoolismo e tráfico de drogas para as comunidades. Chegou-se a registrar até 60 barcos pesqueiros por dia atracados em um único porto comunitário.

Diante do agravamento da situação, com a queda nos estoques pesqueiros e a limitação da pesca local, os moradores, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e da Paróquia da Igreja Católica da Foz do Tapauá, iniciaram em 2018 o processo de criação do Acordo de Pesca. O objetivo era minimizar os conflitos e estabelecer regras que permitissem a recuperação dos estoques pesqueiros locais. Quatro anos após a homologação do acordo, os moradores relatam uma redução significativa dos conflitos pesqueiros, a retirada das frotas comerciais da região e a recuperação dos estoques, com avistamentos frequentes de Pirarucu no rio e nos lagos.

Em 2023, foi fundada a Associação dos Comunitários e Comunitárias do Acordo de Pesca da Foz do Tapauá (ACCAP), com o objetivo de fortalecer a vigilância territorial e desenvolver alternativas para o uso sustentável dos recursos locais. Recentemente, incentivados pelo povo indígena Paumari das Terras Indígenas do Lago Paricá e do Lago Manissuã, que fazem fronteira com a área do Acordo de Pesca, os moradores iniciaram o processo de implementação do manejo do Pirarucu. No entanto, esse processo enfrenta dois desafios principais. O primeiro é a necessidade de revisão e atualização do acordo para incluir novas áreas e comunidades. Em parceria com a ACCAP, o Instituto Juruá realizou reuniões comunitárias para orientar os moradores, mapear novos ambientes aquáticos e explicar quais são os procedimentos legais para fazer a revisão do Acordo de Pesca.



Fotos: Victoria Oliveira

O segundo desafio é a falta de contadores profissionais de Pirarucu, cuja contagem adequada é fundamental para o manejo sustentável. Para enfrentar essa dificuldade, o Instituto Juruá, em parceria com a ACCAP, promoveu um treinamento sobre a metodologia de contagem e ferramentas de monitoramento do Pirarucu. Realizado entre 29 e 30 de julho de 2024, e foi dividido em duas etapas: uma teórica, realizada na Comunidade de Foz do Tapauá, e uma prática, realizada no lago da Comunidade Ponta Isabel. O objetivo foi demonstrar a importância da contagem para o manejo e incentivar o interesse na certificação profissional. O treinamento contou com a participação de 24 moradores, sendo 8 mulheres e 16 homens. O Instituto Juruá também vem buscando o fortalecimento da parceria entre o povo Paumari e os moradores do Acordo de Pesca para a re-

alização de trocas de experiências sobre o manejo e apoio dos indígenas em futuras contagens nos lagos do Acordo, tendo em vista que o povo Paumari é referência na organização social da pesca e possui contadores profissionais experientes que podem contribuir no processo de formação de novos contadores e na implementação do Manejo do pirarucu no Acordo de Pesca da Foz do Rio Tapauá.

O Instituto Juruá acredita que a experiência dos moradores do Acordo de Pesca da Foz do Tapauá é fundamental para a construção de um protocolo de monitoramento que reflita a diversidade das realidades de pesca na Amazônia. Além disso, o apoio às organizações comunitárias é essencial para a conservação e a manutenção dos modos de vida das populações tradicionais.



Foto: Valdenor Magalhães

ij INDICA

Amazônia à prova de fogo

Apresentação da cientista climática Erika Berenguer no TEDx Amazônia, que aconteceu em novembro de 2023, em Manaus. *"A Amazônia não deveria queimar – ela sempre foi úmida demais para isso. Mas hoje ela queima, e muito, com consequências desastrosas. Erika Berenguer tem passado seus dias no meio do fogo e da fumaça para entender o que precisa ser feito para acabar com esses incêndios terríveis."*



Estudo sobre OMECS, liderado pela The Nature Conservancy (TNC) Brasil, em parceria com a Wildlife Conservation Society (WCS) Brasil, traz recomendações para o país adotar novos mecanismos que podem fortalecer o papel de comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade.



Amazonas Artes Visuais 2024 - diversas naturezas

Seminário que contemplará uma vasta programação cultural gratuita em Manaus: mostras, palestras, performances artísticas e atrações musicais. Onde? Praça Heliodoro Balbi, s/n - Centro de Manaus-AM. Quando? 10 a 11 de outubro de 2024.





Equipe de comunicação do Instituto Juruá

Nathália Messina, Raphael Chicayban, Andressa Scabin, Phamela Barbosa, Maria Cunha,
Camila Duarte Ritter e Eduardo von Mühlen

Equipe de tradução do Instituto Juruá

Fernanda Diel, Laiane Lessa, Bruna Favaro e Raul Bismarck

Diagramação

Mariana Bastos